LEITURAS L F FILOSÓFICAS

PAUL RICOEUR

A METÁFORA VIVA

Edições Loyola

ção à qual ele é devido tenha sido dada livremente à palavra, como por um jogo, ou se tenha tornado uma significação forçada, habitual, e quase tão própria quanto a significação primitiva" (p. 75). Donde a conseqüência paradoxal de que a teoria dos tropos engloba a distinção entre figura e catacrese: "Mas, figuras ou catacreses, em quantas maneiras diferentes os tropos terão lugar?" (p. 77).

É verdade que Fontanier reserva a possibilidade de que as proposições ofereçam, como as palavras, "um tipo de sentido tropológico" (p. 75), e essa possibilidade está inscrita na própria definição do sentido primitivo e do sentido tropológico que, como se recordará, fora, antes de tudo, aplicada aos diversos sentidos de que a proposição é suscetível. Mas, precisamente, trata-se apenas de "um tipo" de sentido tropológico, os que apresentam as "figuras de expressão", que não são senão tropos "impropriamente ditos" (p. 109).

4. Metonímia, sinédoque, metáfora

Nos limites assim traçados Fontanier constrói, de maneira sistemática e exaustiva, a lista das espécies possíveis de tropos sobre a base da relação pela qual os tropos "acontecem" (p. 77)[13].

Esta última expressão é notável; os tropos são, com efeito, acontecimentos, na medida em que "é por uma nova significação da palavra que elas [as figuras de significação] acontecem" (*ibid.*). A oposição entre uso livre e uso forçado, essencial para o caráter figurado do tropo, faz deste uma inovação semântica que apenas tem existência "momentânea" (p. 66). O tropo não é a própria relação: a relação é aquilo pelo que o tropo acontece. Reconhecemos aqui o que denominamos a "razão" da substituição (postulado número 5 do modelo). Mas relação entre quê e o quê? A relação pela qual os tropos acontecem é uma relação entre idéias, entre duas idéias:

13. Para familiarizar-se com a nomenclatura, consulte-se Henri Morier, *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*, Paris, PUF, 1961.

de um lado, "a primeira idéia vinculada à palavra", isto é, a significação primitiva da palavra emprestada; de outro, "a idéia nova que aí se acrescenta" (p. 77), isto é, o sentido tropológico substituído a outra palavra própria que não se quis empregar no mesmo lugar. Essa relação entre uma idéia primeira e uma idéia nova corresponde, com pequenas diferenças, à epífora aristotélica. Vejamos as diferenças. Por um lado, a definição de Fontanier não parece designar o movimento de transporte, o que é verdade, mas a *estática das relações* não faz senão admitir a dinâmica dos transportes, como a enumeração das espécies de tropos o mostrará. Em Aristóteles, por outro lado, a metáfora é tratada como gênero e não como espécie; a metáfora de Aristóteles é o tropo de Fontanier, e a metáfora de Fontanier é aproximadamente a quarta espécie de metáfora de Aristóteles. Essa diferença parece mais importante que a precedente, mas ela pode ser tratada, até certo ponto, como simples diferença de glossário. Outra diferença aparente: a relação em Fontanier afeta as "idéias" antes de ligar palavras ou nomes, mas vimos que a idéia é o elemento de pensamento subjacente à palavra (ao substantivo no caso da idéia substantiva). A essas pequenas reservas, o tropo de Fontanier e a epífora de Aristóteles se superpõem muito bem.

Poderemos dizer da relação pela qual o tropo acontece o mesmo que já dissemos da epífora: é *numa* só palavra que o tropo consiste, mas, caso se possa dizer, é *entre* duas idéias que ele acontece, por transporte de uma a outra. Em um sentido que ainda se deverá especificar, o tropo, como a epífora de Aristóteles, acontece "a partir de dois" (veja-se acima, pp. 44-45).

Se epífora e tropo se superpõem muito bem, o mesmo não se pode dizer das quatro espécies de metáfora de Aristóteles e das três espécies de relação de Fontanier. Eis aí a originalidade profunda desta última em relação a todos os seus predecessores e também, nós o veremos, em relação a seus sucessores. Fontanier gaba-se de ter dado uma teoria exaustiva das relações entre idéias ao distinguir as *relações de correlação* ou *de correspondência*, as *relações de*

conexão e as *relações de semelhança*; as três espécies de tropos — as metonímias, as sinédoques e as metáforas — "acontecem" por esses três tipos de relações respectivamente.

O que é notável nesse sistema de paradigmas é a amplitude que Fontanier conserva em cada uma dessas três relações: por "correspondência" ele entende coisa bem diferente da contigüidade à qual seus sucessores reduziram o funcionamento da metonímia; por correspondência ele entende a relação que aproxima dois objetos dos quais cada um forma "um todo absolutamente à parte" (p. 79). Eis por que a metonímia se diversifica, por sua vez, segundo a variedade de relações que satisfazem a condição geral da correspondência: relação da causa ao efeito, do instrumento ao fim, do continente ao conteúdo, da coisa ao seu lugar, do signo à significação, do físico ao moral, do modelo à coisa.

Na relação de conexão, dois objetos formam "um conjunto, um todo, ou físico ou metafísico, a existência ou a idéia de um encontrando-se compreendida na existência ou na idéia do outro" (p. 87). A relação de conexão incluirá, também ela, numerosas espécies: da parte ao todo, da matéria à coisa, da singularidade à pluralidade, da espécie ao gênero, do abstrato ao concreto, da espécie ao indivíduo. Em todas essas relações, a compreensão varia um pouco, mas segundo uma maior variedade de relações do que a simples relação numérica ou mesmo do que a simples extensão genérica.

Correspondência e conexão designam duas relações que se distinguem como a exclusão ("tudo absolutamente à parte") e a inclusão ("compreendida em..."). Além disso, é notável que essas duas primeiras relações liguem objetos antes de ligar idéias, e que o deslocamento das designações de nomes regule-se sobre a relação objetiva (seja como for, uma nuance: na relação de conexão, o pertencimento de objetos ao mesmo todo resulta de que a existência ou a idéia de um encontra-se contida na existência ou na idéia de outro). Donde a simetria parcialmente completa entre a definição da metonímia e a da sinédoque: nos dois casos, um objeto é designado pelo nome de outro objeto; nos dois casos, são os

objetos (e de algum modo as idéias) que entram em uma relação de exclusão ou de inclusão.

O jogo da semelhança rompe essa simetria e deixa a metáfora um pouco à parte.

Em primeiro lugar, a definição não faz referência direta à mudança de designação pelo nome e não menciona senão a relação entre as idéias. Essa omissão não é fortuita, pois a metáfora, apesar de admitir espécies como os outros tropos, "estende-se bem mais longe" que estes, "pois não somente o nome, mas ainda o adjetivo, o particípio, o verbo e enfim todas as espécies de palavras são de seu domínio" (p. 99). Por que a metáfora se estende assim para todos os tipos de palavras, enquanto a metonímia e a sinédoque não dizem respeito senão à designação pelos nomes? Pode-se perguntar se essa extensão não prefigura um deslocamento mais importante que apenas será reconhecido em uma teoria propriamente predicativa da metáfora. Consideremos, com efeito, os exemplos. O que é o emprego metafórico de um substantivo? "Fazer de um homem feroz um tigre", "de um grande escritor um cisne", já não é outra coisa que os designar com um novo substantivo? Não é "denominar", no sentido de caracterizar, de qualificar? E essa operação, que consiste no "transporte do nome para fora da espécie", não é um tipo de atribuição que requer a frase inteira? E se o adjetivo, o particípio (que lhe é próximo por sua função de epíteto), o verbo (que se analisa em particípio e em cópula) e o advérbio (que modifica o verbo) prestam-se tão facilmente a um emprego metafórico, não será porque eles apenas funcionam em uma frase que põe em relação não somente duas idéias, mas duas palavras, a saber, um termo tomado não metaforicamente que serve como suporte, e o termo tomado metaforicamente, que exerce a função de caracterização? Esta observação nos aproxima da distinção de I. A. Richards entre "tenor" e "*vehicle*"[14]. Os exemplos de Fontanier já caminham nesse sentido. Que se diga o *Cisne* de Cambrai, o remorso *devorante*,

14. I. A. Richards, *The Philosophy of Rhetoric*, Oxford, Oxford University Press, 1936, 1950[2]; cf. adiante Estudo III, § 2.

a coragem *esfaimada* por perigos e por glória, sua cabeça *que fermenta* etc.; a metáfora não nomeia, mas caracteriza o que já foi nomeado.

Esta característica quase predicativa da metáfora é confirmada por outro traço, pois não apenas a definição de metáfora não faz diretamente referência ao nome, mas ela sequer faz referência aos objetos. Ela consiste "*em apresentar uma idéia sob o signo de outra idéia mais evidente ou mais conhecida*" (p. 99). É entre as idéias que a analogia opera, e a própria idéia é tomada não "relativamente aos objetos vistos pelo espírito" (p. 41), mas "relativamente ao espírito que vê" (*ibid.*). Porque é somente neste sentido que ela pode ser dita "mais evidente ou mais conhecida"; mesmo que se encontrem relações objetivas na base da analogia (quando se denomina um homem um tigre), "o transporte do nome tem lugar fora da espécie, tem lugar de uma espécie a uma outra espécie" (p. 100). O importante, porém, é que a semelhança opera em termos de "opinião recebida" (*ibid.*). Enquanto as conexões e as correspondências são principalmente relações entre objetos, as semelhanças são principalmente relações entre idéias na opinião. Este segundo traço confirma o precedente, e a caracterização, distinta da denominação, procede por aproximações na opinião, isto é, no juízo.

Fontanier foi, sem dúvida, impedido de perceber essas conseqüências devido à preocupação que domina o fim de sua análise da metáfora; para restabelecer a simetria entre a metáfora e as duas outras figuras, ele procura — em detrimento de sua declaração inicial ("não se distingue comumente a *metáfora* em espécies como a *metonímia* e a *sinédoque*", p. 99) — dividir a metáfora em espécies, encontrando o princípio de classificação na natureza das coisas, quer definam o domínio de empréstimo, quer definam o domínio de aplicação. Não disse ele, contudo, que a metáfora tem lugar de uma idéia a uma idéia? Mas as idéias, mesmo analisadas relativamente ao espírito que vê, continuam a ser as imagens dos objetos vistos pelo espírito (p. 41). Sempre é possível denominar palavras as idéias e idéias as coisas. Além disso, como a semelhança diz

respeito ao caráter das coisas na opinião, é possível remontar desta característica ao domínio das coisas que a possuem, e pode-se dizer que é entre as coisas caracterizadas que o "transporte" (p. 101) acontece. Como, porém, classificar os domínios de empréstimo e de aplicação? Depois de ter afirmado que a metáfora pode ser extraída de tudo o que nos cerca, de todo o real e de todo o imaginário, dos seres intelectuais, morais ou físicos, e que ela pode ser aplicada a todos os objetos do pensamento, Fontanier escolhe com alguma arbitrariedade o eixo da diferença entre o animado e o inanimado. É assim que ele afiança uma velha classificação que o tira do embaraços das divisões infinitas. Suas cinco espécies ("transporte a uma coisa animada do que é próprio de outra coisa animada"; "de uma coisa inanimada, mas física, a uma coisa inanimada, com freqüência puramente moral ou abstrata"; "de uma coisa inanimada a uma coisa animada"; "metáfora física de uma coisa animada a uma coisa inanimada"; "metáfora moral de uma coisa animada a uma coisa inanimada") deixam-se finalmente reduzir ao par "metáfora física, isto é, aquela em que dois objetos físicos, animados ou inanimados, são comparados entre si", e "metáfora moral, em que alguma coisa abstrata e metafísica, alguma coisa de ordem moral, é comparada com alguma coisa física que afeta os sentidos, quer o *transporte* aconteça do segundo ao primeiro quer do primeiro ao segundo" (p. 103).

É um belo jogo denunciar a cumplicidade entre esse princípio de classificação e a distinção totalmente "metafísica" entre físico e moral[15].

Parece-me que se pode convir que essa classificação é antes uma concessão ao passado que uma implicação necessária da definição da metáfora pela semelhança. A distinção em espécies de modo algum procede da diversificação da relação de semelhança como no caso da metonímia e da sinédoque, e continua a ser perfeitamente extrínseca à definição. É a ela que é necessário voltar: "*Apresentar*

15. Jacques Derrida, "La mythologie blanche", in *Poétique*, Paris, Éd. du Seuil, 1971, pp. 1-52.

uma idéia sob o signo de outra idéia mais evidente ou mais conhecida" (p. 99) de modo algum implica a distinção do animado e do inanimado. Longe de dever reconstruir o jogo de semelhança a partir de domínios *reais* de empréstimo e de aplicação, seria necessário derivar os domínios das características de vivacidade e de familiaridade e estas das idéias na opinião; é o que fará Nelson Goodman, ao tratar o "domínio" como um conjunto de "etiquetas" e ao definir a metáfora como uma redescrição por emigração de etiquetas[16]. Alguma coisa dessa teoria está prefigurada na fórmula inicial de Fontanier: "Apresentar uma idéia sob o signo de outra idéia mais evidente ou mais conhecida". Mas a noção de tropo de uma única palavra não o permitirá perceber tudo o que está implicado nesta noção de significação de segundo grau.

5. A família da metáfora

A noção de tropo de uma única palavra não apenas sufoca o potencial de sentido contido na admirável definição inicial de metáfora, mas também quebra a unidade da problemática da analogia entre idéias que se encontra assim dispersa em todas as classes de figuras.

Entre os "tropos impropriamente ditos" — isto é, as "*figuras de expressão*" que "dizem respeito à maneira particular pela qual a proposição exprime" (p. 109) —, a *ficção* apresenta um grande parentesco com a metáfora: atribuir a um pensamento, "para torná-lo mais sensível ou mais prazeroso", os "traços, as cores de outro pensamento" (*ibid.*) não é a mesma coisa que apresentar uma idéia sob o signo de outra mais evidente e mais conhecida? A personificação (primeira subespécie da ficção) que faz de um ser inanimado, insensível, abstrato ou ideal um ser vivo e senciente, uma pessoa, não recorda a transferência metafórica do inanimado ao animado? É verdade que a personificação não se faz somente por metáfora, mas

16. Nelson Goodman, *The Languages of Art*, The Bobbs-Merrill Co., 1968.

também por metonímia e por sinédoque. Mas o que distingue a personificação por metáfora da metáfora propriamente dita, senão a extensão da entidade verbal?

Sentimo-nos tentados a dizer o mesmo da *alegoria* que, também ela, "apresenta um pensamento sob a imagem de outro pensamento, mais apropriado para torná-la mais sensível ou mais evidente do que se fosse apresentada diretamente e sem nenhuma espécie de véu" (p. 114). Mas a alegoria distingue-se da metáfora por outro traço que não sua ligação com a proposição; segundo Fontanier, a metáfora, mesmo continuada (que ele denomina alegorismo), oferece apenas um único sentido verdadeiro, o sentido figurado, ao passo que a alegoria "consiste em uma proposição de duplo sentido, com sentido literal e com sentido espiritual simultaneamente" (p. 114)[17]. Quererá isto dizer que o duplo sentido é somente a obra das figuras de expressão e não pode aparecer nas figuras de significação? Parece que sim, ainda que a razão não seja clara. Talvez seja necessário, para manter ao mesmo tempo os dois sentidos, um ato do espírito, portanto de juízo, portanto uma proposição? Seria na previsão dessa análise da alegoria que as noções de sentido literal e de sentido espiritual poderiam ser definidas no quadro da proposição e não da palavra?

SBD / FFLCH / USP

Mas a ficção apresenta outro interesse para nossa discussão, pois revela, por recorrência, um traço da noção de figura que talvez já estivesse presente na definição de metáfora da qual várias vezes se recordou. Apresentar uma idéia sob o signo de outra implica que as duas idéias não se diferenciem somente quanto à espécie dos objetos, mas quanto ao grau de vivacidade e de familiaridade. Ora, esta diferença não é estudada enquanto tal por Fontanier; implica, não obstante, uma nuance de sentido da noção de figurar que a ficção e a alegoria permitem isolar, a saber, a apresentação de um

17. Parece que para Fontanier o poder do duplo sentido dá vantagem à alegoria: "As alegorias, em vez de transformar o objeto e modificá-lo de um modo aproximado, como as metáforas, deixam-no em seu estado natural e não fazem mais que refleti-lo como espécies de espelhos transparentes" (p. 205).

pensamento sob uma forma sensível, e é este traço que será precisamente denominado imagem; no próprio Fontanier afirma-se da alegoria "que ela apresenta um pensamento sob a imagem de outro pensamento, mais apropriado para torná-lo mais sensível e mais evidente" (p. 114). Assim, dir-se-á que Marmontel, "ao figurar seu espírito por um arbusto, pinta desse modo as vantagens que ele tirou das relações com Voltaire e com Vauvenargues, apresentadas sob a forma de dois rios..." (p. 116). Figura, pintura, imagem estão par a par. Um pouco mais adiante, por outro lado, ao falar da imaginação como "uma das causas geradoras dos tropos" (pp. 161-162), Fontanier a vê em ação "em todos os tropos que oferecem ao espírito alguma imagem ou pintura" (p. 162). E se a linguagem da poesia tem "algo de encantador, de mágico" (pp. 173, 179) não é porque um poeta como Racine é "tão figurado e porque tudo nele está, por assim dizer, em imagens, todas as vezes que isto convém ao tema e ao gênero" (p. 173). Isto não é efeito de todos os tropos, não contentes em transmitir as idéias e os pensamentos, "que os aperfeiçoam mais ou menos vivamente, que os vestem de cores mais ou menos ricas, mas, como nos espelhos, refletem os objetos sob diferentes faces, e mostram-nos sob o ângulo mais vantajoso: é que servem de enfeite para estes e dão àqueles relevo ou uma nova graça: é que fazem passar como que diante de nossos olhos uma seqüência de imagens, de quadros, nos quais sentimos prazer ao reconhecer a natureza, e nos quais ela se mostra mesmo com novos encantos" (p. 174). Assim, a figura é precisamente o que faz o discurso aparecer dando-lhe, como nos corpos, contorno, traços, forma exterior (p. 63). De todos os tropos é necessário dizer que são, "como a poesia, filhos da ficção" (p. 180), pois a poesia, menos ciosa da verdade que da semelhança, ocupa-se em "*figurar*, em *colorir* sua linguagem, em colocá-la em imagens, em quadros, em fazer dela uma pintura animada e falante" (p. 181). Não que os tropos que dizem respeito à metáfora ofereçam todos "uma imagem sensível e uma imagem que possa ser figurada pelo olho e pela mão de um pintor" (p. 185), pois isto seria, protesta Fontanier, conceder demasiado à visão. Por esta reserva, ele antecipa uma distinção que

Wittgenstein e Hester hão de explorar entre "ver" e "ver como"[18]. Figurar, digamos então, é sempre *ver como*, mas nem sempre é *ver* ou *fazer ver*.

Seria necessário ainda prolongar a investigação para além dos tropos impropriamente ditos e perceber o jogo de analogia nas "figuras de construção", nas "figuras de elocução", nas "figuras de estilo". Assim, ele é o tratado da imitação nas "figuras de construção" (p. 288), depois nas "figuras de estilo" (p. 390). As próprias "figuras de pensamento" que, contudo, "dizem respeito apenas ao pensamento", rodeiam a metáfora e a analogia; assim as "figuras de pensamento", por meio da imaginação (prosopopéia) e do desenvolvimento, põem em obra o caráter geral da figura que acabamos de explicitar, a saber, a encenação do pensamento. Pode-se dizer, com efeito, da "descrição", que ela consiste em expor um objeto aos olhos e em fazê-lo conhecido pelo detalhamento de todas as circunstâncias mais interessantes... Que ela dê lugar à *hipotipose* quando a exposição do objeto for tão viva, tão enérgica, que resulte do estilo uma imagem, um quadro" (p. 420). Essa noção de descrição é particularmente interessante, pois cobre a topografia, a cronografia, a prosopografia, a etopéia, o retrato, o paralelo, o quadro.

Este vasto domínio da analogia apenas poderia ser rememorado se se renunciasse a confinar a metáfora nos tropos de uma única palavra e caso se seguisse até o fim o movimento que a separa do jogo de linguagem da denominação para vinculá-la ao ato central do discurso, a predicação.

6. Metáfora forçada e metáfora de invenção

Porei termo a esta análise por um traço que, mais que todos os outros, inclina-se neste sentido: ele se refere à distinção entre o caráter de figura e o de catacrese de cada um dos tropos. Fontanier dá tanta importância a essa distinção que chega a declarar que os

18. M. B. Hester, *The Meaning of Poetic Metaphor*, La Haye, Mouton, 1967.

"princípios sobre a catacrese servem de fundamento para todo o [seu] sistema tropológico" (p. 213).

A diferença diz respeito, antes de tudo, a um fato de língua, a saber, que a certas idéias *faltam* signos: "*A catacrese, em geral, consiste em que um signo já afetado por uma primeira idéia o seja também por uma nova idéia que ela mesma não tenha possuído ou não tenha outra própria na língua*. Ela é, por conseqüência, qualquer tropo de uso forçado e necessário, qualquer tropo do qual resulte um *sentido* puramente extensivo; sentido próprio de origem secundária, intermediário entre o *sentido próprio primitivo* e o *sentido figurado*, mas que por sua natureza se aproxima mais do primeiro que do segundo, ainda que ele mesmo tenha podido ser *figurado* no princípio" (*ibid.*). Não se pode denominar figuras as metáforas forçadas, quer elas sejam substantivos (*luz* para clareza de espírito, *cegueira* para perturbação e obscurecimento da razão), adjetivos (uma voz *vibrante*), verbos (*compreender*), preposições (*em*) etc. O tropo puramente extensivo, ao gerar um sentido próprio de segundo grau, apresenta apenas (ou apenas visa apresentar) uma única idéia, e apresenta-a "toda nua e sem disfarce, tudo ao contrário dos *tropos-figuras* que, sempre que apresentam duas, apresentam-nas com fim determinado, e uma à imagem da outra, ou ao lado da outra" (p. 219).

É do caráter *livre* do tropo-figura que devemos nos ocupar: não atesta este que, ainda que se efetue em uma única palavra, o tropo propriamente dito, pelo simples fato de apresentar sem determinação uma idéia sob a imagem de outra, tem o traço disto que Benveniste denomina instância de discurso?[19]

O que é dito das metáforas de invenção confirma o parentesco do tropo com o acontecimento da fala. Se a distinção livre-forçado afeta o uso, todo uso tende a tornar-se habitual e a metáfora tende a reunir-se à catacrese; continua a ser uma figura, porque não serve

19. É. Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1967 [ed. br.: *Problemas de lingüística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri, São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp, 1976].

para preencher uma ausência de signos, mas tem curso forçado e, neste sentido, pode ser dito que está "no fundo da língua" (p. 104). Eis por que as condições necessárias para uma boa metáfora — justeza, clareza, nobreza, caráter natural, coerência — "não se referem senão às *metáforas de invenção* que se empregam como figura, e que ainda não receberam a sanção do uso" (*ibid.*).

É necessário redobrar a distinção figura-catacrese por uma distinção interna à figura, a do primeiro emprego e a do uso posterior que pode tornar-se "atualmente forçado" (p. 213).

A bem dizer, é este uso comum que a retórica reflete, e caso se observe, com Boileau e Dumarsais, "que se faz mais no mercado e em dia de compras do que em toda a *Eneida*, ou do que se fez na Academia em várias seções consecutivas" (p. 157), é necessário confessar que a maior parte dos exemplos de tropos são exemplos de tropos de curso forçado; é destes que se pode dizer que "se os conhece pelo uso, como a língua materna, sem que se possa dizer quando e como foram aprendidos" (*ibid.*); eis por que, sucessivamente, diz-se deles que "são uma parte essencial da linguagem da fala" (*ibid.*) e que eles "se mantêm no próprio fundo da língua" (p. 164). Dito de outra maneira, os tropos usuais estão a meio caminho dos tropos de invenção e das catacreses. A fronteira entre tropoforçado e catacrese tende tanto mais a apagar-se quanto o fenômeno da usura pareça remontar, como os próprios tropos, à primeira origem da língua. A condição da catacrese encontra-se na origem dos próprios tropos, a saber, "a falta de palavra própria, e a carência, a necessidade de suprir essa pobreza e essa falta" (p. 158); pobreza e falta das quais devemos, de resto, nos orgulhar, pois, se dispuséssemos de tantas palavras quantas idéias, "qual memória bastaria para aprender tantas palavras, retê-las e reproduzi-las?" (*ibid.*). Da mesma maneira que von Humboldt definia o discurso como um uso infinito de meios finitos, é à memória que Fontanier atribui, "com um número de palavras bastante limitado, fornecer com que exprimir um número infinito de idéias" (*ibid.*). Assim, o tropo-figura tem, ao menos na origem, a mesma função extensiva que o tropo-catacrese. É por esta razão que ele tende a reunir-se a este pelo uso.

Mas o tropo-figura tem outra causa ocasional além da necessidade: o consentimento; "os tropos de escolha e de gosto, os tropos-figuras, têm outra causa ocasional: é o prazer, o consentimento que um tipo de instinto, em primeiro lugar, nos faz pressentir aí, e depois a experiência, encontrar" (p. 160). Assim, o consentimento joga em sentido contrário ao da necessidade, como um apelo à invenção.

É esta invenção que demanda distinguir as causas ocasionais — necessidade e mesmo consentimento — das causas propriamente geradoras de tropos: imaginação, espírito, paixão. Dar cor, excitar o espanto e a surpresa, por combinações novas, inesperadas, insuflar força e energia ao discurso — tantos impulsos que se imprimem apenas nos tropos-figuras que se devem chamar "tropos de escritor" porquanto pertencem "à invenção particular do poeta" (p. 165). Se a metáfora "*carregada de idade* pertence, evidentemente, à língua, "quem, antes de Corneille, tinha dito *devorar* um reino?" (*ibid.*).

Mas, então, não é por uma consideração contígua a esta que os tropos são tratados "relativamente a seu emprego no discurso" (p. 155). Esse emprego (que Fontanier estuda na III seção da *Théorie des tropes*) é constitutivo, se não do tropo, na medida em que é fundado sobre uma relação específica, ao menos de seu caráter de figura. Se o sentido deslocado é o que se "atribui no momento" (p. 66) às palavras, os tropos mais autênticos são apenas os tropos de invenção. É necessário, então, ir da palavra ao discurso, pois apenas as condições próprias ao discurso podem distinguir o tropo-figura do tropo-catacrese e, no tropo-figura, o curso livre do curso forçado.